

A ilusão do financiamento privado verde

É irrealista imaginar que os investidores aumentarão substancialmente sua contribuição para a infraestrutura dos países em desenvolvimento

Por Alan Beattie

Valor, 18/10/2024

Até agora, esse padrão já está bem estabelecido. Um novo presidente do Banco Mundial, cheio de entusiasmo - no caso atual, o ex-CEO da Mastercard Ajay Banga -, chega prometendo injeções criteriosas de dinheiro público para desbloquear vastas reservas de dinheiro do setor privado ansioso para investir em infraestrutura em países em desenvolvimento. O plano é saudado como uma nova e ousada abordagem liderada pelo mercado para ajudar os países pobres a enriquecerem. E, então, isso realmente não acontece.

Esse padrão remonta a David Malpass, o presidente do banco entre 2019 e 2023, Jim Yong Kim (2012-2019), Robert Zoellick (2007-2012) e por fim, à década de 90, quando James Wolfensohn, um dos mais influentes presidentes do banco, buscou aproveitar os fluxos abundantes de capital no auge da globalização pós-Guerra Fria. **Leia também**

O desafio de obter financiamento privado para construir infraestrutura é ainda mais urgente agora por causa da transição verde para as energias renováveis e tecnologias de baixo carbono. Países tradicionalmente generosos em doações - Reino Unido, França, Noruega - estão cortando os orçamentos de ajuda. Em vez disso, com frequência eles estão se concentrando em “instituições de financiamento ao desenvolvimento” (DFIs, na sigla em inglês) como a British International Investment do Reino Unido. De longe, a maior DFI é a International Finance Corporation do Banco Mundial (IFC). As DFIs concedem empréstimos ou assumem participações em empresas em países em desenvolvimento e têm como objetivo “atrair” capital privado.

Os resultados têm sido constantemente decepcionantes. Um livro a ser publicado pelo ex-economista do Banco Mundial James Leigland, sobre a ascensão e queda das parcerias público-privadas (PPPs), observa que as contribuições privadas aos projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento atingiram o pico em um nível baixo em 2012 - com apenas 10% indo para as nações de menor renda -, diminuindo desde então. Houve um sucesso relativo em alguns setores como a geração de energia renovável, mas dificuldades em outros.

Um grupo independente de especialistas em bancos multilaterais de desenvolvimento designado pelas principais economias do G20 sugere atingir US\$ 240 bilhões em mobilização de capital privado até 2030. O número mais recente é de apenas US\$ 71,1 bilhões, dos quais novamente apenas 10% foram para os países mais pobres. As DFIs têm como objetivo alavancar múltiplos substanciais do dinheiro que investem, mas, na prática, a proporção de capital privado em relação ao público vem tendo dificuldade em ultrapassar 1:1.

Investidores institucionais como fundos de pensão são notáveis por sua ausência quase total. Enquanto os fundos de pensão australianos e canadenses são ativos no financiamento de infraestruturas nas economias avançadas, para os países em desenvolvimento eles têm uma participação histórica lamentável nos investimentos totais, de menos de 1%.

Por quê? Sem dúvida, há algumas soluções que poderiam ser tentadas. Avinash Persaud, assessor especial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que trabalhou na Bridgetown Initiative para aumentar os fluxos de capital para os países em desenvolvimento, defende a criação de um mecanismo para reduzir o risco cambial nos investimentos.

Gestores de investimentos afirmam que há um problema maior - que as DFIs, no fundo, atuam como investidores privados, e não como catalisadores de outros investimentos, e que seus processos burocráticos desencorajam outros fundos, em vez de atrair. O investimento em infraestrutura é intrinsecamente complicado. Normalmente é de longo prazo e envolve risco político e comercial, especialmente com serviços públicos essenciais como a distribuição de energia e água, e, portanto, requer informações detalhadas e regulamentação precisa no país destinatário.

A iniciativa de transparência em ajuda Public What You Fund (PWYF) divulgou um relatório defendendo a divulgação detalhada de dados em nível de projeto para orientar as decisões de investimento privado, algo que, segundo o relatório, a IFC e as DFIs têm sido lentos em implementar. Investidores institucionais como AllianzGI e Africa Investor apoiam as conclusões da PWYF.

Hubert Danso, executivo-chefe da Africa Investor Group, diz: “Um modelo legal e regulador estável e informações melhores são muito mais importantes do que os bancos multilaterais de desenvolvimento, que muitas vezes são melhores em afugentar o capital privado que em atraí-lo”. Ele e a PWFY rejeitam o argumento da IFC de que divulgar esses dados ameaça a confidencialidade comercial.

Os bancos de desenvolvimento e seus acionistas têm uma tendência antiga de se julgarem com base na quantidade de dinheiro que conseguem

desembolsar, em vez de considerar o impacto que esse dinheiro tem quando ele chega ao seu destino. Para as DFIs, essa é uma mentalidade particularmente infeliz, uma vez que elas supostamente deveriam abrir caminho para que outros possam investir.

Mas ainda mais significativo é o fato de que os credores oficiais e governos deveriam ser mais realistas sobre o que o financiamento privado pode alcançar na infraestrutura. É um tanto irônico que o Reino Unido em particular tenha se mostrado tão ansioso para promover as PPPs em países em desenvolvimento, uma vez que as próprias experiências do Reino Unido nesta área não foram exatamente boas.

Um experimento de décadas, a Private Finance Initiative, obteve resultados extremamente variados e foi abandonado pelo governo conservador britânico em 2018. Redigir contratos que criassem incentivos para investir e realmente transferissem riscos para os investidores privados provou ser muito difícil.

Uma reunião de cúpula realizada em Londres esta semana para encorajar os investidores privados a financiar novamente a infraestrutura britânica foi ofuscada por questionamentos sobre a falta de transparência e o clima de negócios no Reino Unido, com o governo recorrendo timidamente ao velho mantra sobre acabar com a burocracia.

É admirável, em princípio, encorajar os investidores privados a aplicar em infraestrutura em economias de renda mais baixa e também nas de renda mais alta. Mas anunciar continuamente iniciativas ousadas e falar em centenas de bilhões de dólares sem criar incentivos apropriados apenas alimentará o cinismo. Se o mundo quiser alcançar suas metas para a transição verde, é provável que não haja alternativa mágica a ter dinheiro público fazendo grande parte do trabalho. Fingir o contrário não beneficia ninguém, muito menos os próprios países em desenvolvimento. **(Tradução de Mário Zamarian)**

Alan Beattie é colunista do Financial Times.